

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**  
**Extrato da PORTARIA nº 037/2021-11PJMAB**

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Promotoria de Justiça da Defesa da Probidade Administrativa e Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social de Marabá, com fundamento nos artigos 1º, incisos IV e VIII, 2º e 8º, § 4º, da Lei 7.437/1985 – LACP, artigos 1º, 25, incisos IV, a, b e VIII, 26, incisos I, a, b e c, II, III, IV, V e VI, e 27 da Lei 8.625/1993 – LONMP, artigo 54, inciso I, a, b, c e d, da Lei Complementar nº 057/06 – LOMPPA, RESOLUÇÃO Nº 23/2007 e Resolução nº 007/2019- CPJ, torna pública a instauração do INQUÉRITO CIVIL 000053-940/2020 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis do INCRA, CEP. 68.502-290 – Marabá – Pará – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

PORTARIA nº 037/2021-11PJMAB

Objeto: Documentação encaminhada pela 4ª PJ de Marabá, relativo a suposta omissão da autoridade policial presidente do IPL 00184/2009.000786-3, o qual encaminhou os citados autos ao fórum após a prescrição do crime nele investigado.

Envolvidos: JOSÉ LÊNIO FERREIRA DUARTE

ALAN PIERRE CHAVES ROCHA

Promotor de Justiça Titular da 11ª Promotoria de Justiça de Defesa da Probidade Administrativa e Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social de Marabá

**Protocolo: 668642**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**Extrato da PORTARIA nº 033/2021-MP/11ªPJ/STM**

A 11ª Promotora de Justiça de Santarém, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no art. 4º, VI da Res. 23-CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000018-340/2021, que se encontra à disposição no 11º Cargo de Promotor de Justiça de Santarém, situado na Av. Mendonça Furtado, nº 3991, Bairro: Liberdade, CEP. 68.040-148, Fone 3512-0400, Santarém/PA.

PORTARIA nº 033/2021-MP/11ªPJ/STM

Interessado: Maria Totelho; Aldemar Almeida; Elisvan Botelho

Assunto: objetivando apurar informações prestadas e adotar medidas cabíveis, a fim de assegurar aos idosos Maria Botelho e Aldemar Almeida, ambos de 68 (sessenta e oito) anos de idade, o efetivo respeito aos seus direitos, nos termos do art. 2º do Estatuto do Idoso.

LARISSA BRASIL BRANDÃO – 11ª Promotora de Justiça de Santarém

**Protocolo: 668779**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**Extrato da PORTARIA nº 005/2021/MP/1ªPJCA**

A Promotora de Justiça Titular do 1º Cargo, da Promotoria de Justiça de Conceição do Araguaia/PA, com fundamento no Art. 52, VI, alínea "a" da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inciso IV da Resolução nº 23 do CNMP, 17/09/07 e Art. 24, § 2º, inciso I da Resolução nº 007/2019-CPJ, torna pública a instauração do Inquérito Civil por PORTARIA nº 005/2021/1ªPJCA/MP que se encontra a disposição na Promotoria de Justiça de Conceição do Araguaia/PA, situada na Avenida Marechal Rondon, 90, Centro, CEP 68.540-000 – Conceição do Araguaia/PA. Fone: (94) 3421-2278.

PORTARIA de Instauração de Inquérito Civil nº 005/2021/MP/1ª PJCA

Assunto: Apuração de crime de improbidade no Município de Floresta do Araguaia/PA.

ADRIANA MARIA PRIMO DE CARVALHO – PROMOTORA DE JUSTIÇA.

**Protocolo: 668775**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**Extrato da PORTARIA nº 004/2021/MP/1ªPJCA**

A Promotora de Justiça Titular do 1º Cargo, da Promotoria de Justiça de Conceição do Araguaia/PA, com fundamento no Art. 52, VI, alínea "a" da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inciso IV da Resolução nº 23 do CNMP, 17/09/07 e Art. 24, § 2º, inciso I da Resolução nº 007/2019-CPJ, torna pública a instauração do Inquérito Civil por PORTARIA nº 004/2021/1ªPJCA/MP que se encontra a disposição na Promotoria de Justiça de Conceição do Araguaia/PA, situada na Avenida Marechal Rondon, 90, Centro, CEP 68.540-000 – Conceição do Araguaia/PA. Fone: (94) 3421-2278.

PORTARIA de Instauração de Inquérito Civil nº 004/2021/MP/1ªPJCA

Assunto: Apuração de crime de improbidade no Município de Floresta do Araguaia/PA.

ADRIANA MARIA PRIMO DE CARVALHO – PROMOTORA DE JUSTIÇA.

**Protocolo: 668771**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**Extrato da PORTARIA nº 004/2021-2ªPJPGM**

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio do Promotor de Justiça CARLOS LAMARCK MAGNO BARBOSA, titular do 2º cargo de PJ de Paragominas, com fundamento no art. 54, VI, e §3º da Lei Complementar nº 057/06, no art. 4º, Inc. VI, da Resolução nº 23 – CNMP, de 17/09/07, e nos arts. 32 (final) e 24, §2º, I, da Resolução nº 007/2019-CPJ, torna pública a instauração do INQUÉRITO CIVIL, PORTARIA nº 004/2021-2ªPJPGM, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Paragominas, situada no Eixo W1, s/nº, bairro Célio Miranda, CEP 68.625-510 – Paragominas/PA, telefones nºs (91) 3729-1783 / 3729-3820.

PORTARIA nº 004/2021-2ªPJPGM

Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS

Objeto: apurar a responsabilidade em razão da ausência de tomógrafo de tórax na rede municipal de saúde do município de Paragominas, tendo em vista o uso do aparelho para avaliar a gravidade do paciente com COVID 19, entre outras utilidades em diversos tratamentos de outras doenças.

CARLOS LAMARCK MAGNO BARBOSA, titular do 2º cargo de PJ de Paragominas

**Protocolo: 668782**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**Extrato da PORTARIA nº 003/2021/MP/1ªPJCA**

A Promotora de Justiça Titular do 1º Cargo, da Promotoria de Justiça de Conceição do Araguaia/PA, com fundamento no Art. 52, VI, alínea "a" da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inciso IV da Resolução nº 23 do CNMP, 17/09/07 e Art. 24, § 2º, inciso I da Resolução nº 007/2019-CPJ, torna pública a instauração do Inquérito Civil por PORTARIA nº 003/2021/1ªPJCA/MP que se encontra a disposição na Promotoria de Justiça de Conceição do Araguaia/PA, situada na Avenida Marechal Rondon, 90, Centro, CEP 68.540-000 – Conceição do Araguaia/PA. Fone: (94) 3421-2278.

PORTARIA de Instauração de Inquérito Civil nº 003/2021/MP/1ªPJCA

Assunto: Apuração de crime de improbidade no Município de Conceição do Araguaia/PA.

ADRIANA MARIA PRIMO DE CARVALHO – PROMOTORA DE JUSTIÇA.

**Protocolo: 668768**

**AVISO Nº 13/2021-CSMP/MPPA**

**Faço público, a quem interessar possa que a 6ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual do Conselho Superior**, realizar-se-á das 8h do dia 21/06 até às 18h do dia 25/06/2021, no site: [www.mppa.mp.br](http://www.mppa.mp.br), para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA PAUTA:

1.1. Julgamento de Processos:

1.1. Processos de Relatoria do Conselheiro WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO:

1.1.1. Processo nº 000091-200/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito de Ananindeua-SEMUTRAN

Origem: 2ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa relacionada ao chamamento público nº. 2014.001.PMA.SEMUTRAN

1.1.2. Processo nº 000964-068/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Novo Repartimento

Origem: Promotoria de Justiça de Novo Repartimento

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa relacionada a servidores municipais que teriam se valido de licença remunerada para atividade política nas eleições de 2012

1.2. Processos de Relatoria do Conselheiro MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES:

1.2.1. Processo nº 000123-079/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Francisco Izonildo Pires de Souza

Origem: PJ de Capitão Poço

Assunto: Apurar suposta irregularidade na gestão de recursos públicos pelo ex-Presidente da Câmara Municipal de Capitão Poço/PA

1.2.2. Processo nº 000091-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Executiva de Educação (SEDUC)

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades nos Contratos nº 011/2011 e 042/2011, firmados, respectivamente, entre a SEDUC e as empresas "Maqmqóveis, Móveis Escolares e Escritórios LTDA" e "Delta Produções e Serviços LTDA"

1.2.3. Processo nº 004645-031/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Instituto de Terras do Para (ITERPA) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas)

Origem: 7º PJ de Santarém

Assunto: Acompanhar a criação de assentamento coletivo em favor dos moradores das Comunidades Fé em Deus (PEAEX Vista Alegre) e Repartimento (PEAS Repartimento) e apurar denúncias de ameaças, extração ilegal de madeira e grilagem de terras na região da Gleba Nova Olinda I

1.2.4. Processo nº 004267-031/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará.

Requerido(s): Estado do Pará

Origem: 7º PJ de Santarém

Assunto: Apurar o conflito fundiário coletivo em territórios quilombolas Ariramba e Erepecuru em Oriximiná

1.2.5. Processo nº 000057-200/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Ananindeua

Origem: 2ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Investigar o cumprimento do objeto do Convênio nº 003/2012, firmado entre a Prefeitura Municipal de Ananindeua, por meio da Secretaria Municipal de Trânsito e o Departamento Estadual de Trânsito do Pará

1.2.6. Processo nº 004169-031/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): IBAMA - Gerência Santarém, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Origem: 7º PJ de Santarém

Assunto: Apurar o conflito fundiário na área de pretensão da terra indígena Munduruku do Planalto, situada no município de Santarém

1.2.7. Processo nº 012591-031/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, IBAMA, ITERPA, Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade (ICMBIO) e Estado do Pará

Origem: 7º PJ de Santarém

Assunto: Acompanhar a regularização fundiária da reserva extrativista renascer (RESEX Renascer), situada no município de Prainha, por meio da transferência de domínio de terra estadual para o ICMBIO, além da efetivação da certidão de concessão de direito real de uso aos extrativistas

1.2.8. Processo nº 000230-200/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará